



ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2026 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Aos dezesete dias do mês de Julho do ano de 2026, às 10:30 hrs., foi realizada a sétima reunião ordinária do Comitê de Investimentos, ocorrida na Sede do PREVINIL, em modelo presencial, atendendo a Convocação da Presidência/Gestor dos Recursos, tendo comparecido de forma presencial os seguintes Membros: Sr. Alberto Zampaglione, Sr. Atos Gabriel Braga Ventura, Sra. Solange Dutra, o Sr. Rodrigo Serpa Florêncio e a Sra. Danielle Villas Boas Agero Corrêa, todos designados por meio da Portaria 56/2026, a fim de deliberarem em reunião ordinária, em atendimento ao Art. 79 da Lei Complementar Nº 141/2018, sobre a pauta a seguir: **A) Cenário macroeconômico** com base nos trechos de matérias extraídas do jornal Valor Econômico; Jornal O Globo; Jornal Estadão; Morning Call com Filipe Villegas; Boletim Focus: O principal índice da bolsa brasileira encerrou a primeira metade de 2026 com valorização de 6,70%, ficando atrás do retorno de 6,90% do CDI. Após chegar a subir 23,70% em abril, o mercado recuou e registrou queda no acumulado de junho. Estrategistas apontam ações baratas, negociadas a cerca de 8 vezes o lucro futuro. A XP projeta alvo de 200 mil pontos para o Ibovespa, com potencial de 16,2%. Bancos, energia e saneamento são os setores defensivos preferidos para o segundo semestre. O Boletim Focus mostrou nova melhora nas expectativas para a inflação. A mediana do IPCA de 2026 caiu de 5,30% para 5,16%, enquanto a projeção para 2027 recuou de 4,18% para 4,02%. A expectativa de inflação de 12 meses à frente também diminuiu, passando de 4,10% para 4,06%. Após o IPCA de junho abaixo do esperado, o mercado aumentou as apostas em flexibilização monetária. A projeção da Selic para o fim de 2026 caiu de 14,00% para 13,75% nos últimos cinco dias úteis, enquanto as estimativas para 2027, 2028 e 2029 permaneceram em 12,00%, 10,50% e 10,00%, respectivamente. No cenário fiscal, houve leve deterioração das projeções. O déficit nominal de 2026 passou de 8,70% para 8,78% do PIB, enquanto a relação dívida líquida/PIB subiu de 69,84% para 69,87%. Para 2027, a dívida líquida segue estimada em 73,40% do PIB. Já as expectativas para a atividade econômica permaneceram praticamente estáveis. O mercado manteve projeção de crescimento do PIB de 2026 em 1,99% e reduziu levemente a estimativa para 2027, de 1,69% para 1,65%. O destaque da pesquisa foi a nova redução das projeções de inflação, reforçando a percepção de que o ciclo de queda da Selic pode começar em agosto. Apesar da melhora no cenário inflacionário, as contas públicas continuam sendo um ponto de atenção para a trajetória dos juros de longo prazo. **B) Evolução da execução do orçamento do RPPS até a competência Junho de 2026:** Foi apresentada a evolução da execução orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) até a competência de junho de 2026. Informou-se que, em 18/12/2025, foi publicada a Lei Orçamentária Anual nº 6.984, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Nilópolis para o exercício financeiro de 2026. Para o Previnil, a referida lei estimou a receita em R\$ 102.928.000,00 (cento e dois milhões, novecentos e vinte e oito mil reais) e fixou a despesa em R\$ 104.828.000,00 (cento e quatro milhões, oitocentos e vinte e oito mil reais). Esclareceu-se que a diferença entre a receita estimada e a despesa fixada decorre das despesas com benefícios do IBASCANN, custeadas por meio de transferência financeira oriunda da Prefeitura Municipal. Até 30 de junho de 2026, a arrecadação totalizou R\$ 24.991.625,55 (vinte e quatro milhões, novecentos e noventa e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). Quanto à execução da despesa, do montante autorizado, foram empenhados R\$ 48.342.625,56 (quarenta e oito milhões, trezentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais e cinquenta e seis centavos), liquidados R\$ 35.793.258,11 (trinta e cinco milhões, setecentos e noventa e três mil, duzentos e cinquenta e oito reais e onze centavos) e pagos R\$ 30.754.586,86 (trinta milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos). Registrou-se ainda que todas as movimentações orçamentárias e financeiras encontram-se devidamente evidenciadas nos relatórios disponibilizados pela Diretoria Financeira, por meio do sistema próprio de contabilidade e do Portal da Transparência. **C) Dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo:** A Diretoria Financeira apresentou a posição atualizada dos fluxos de caixa e dos investimentos do RPPS, com base nos saldos apurados em 30 de junho de 2026. Na referida data, os recursos disponíveis em contas correntes totalizavam: Banco Santander – R\$ 5.404,91; Banco Santander (Conta Tesouro) – R\$ 2.800.000,00; Banco Itaú (Conta Atuarial) – R\$ 0,00; Caixa Econômica Federal (Conta Atuarial) – R\$ 0,00; Caixa Econômica Federal (Conta de Contribuições Previdenciárias) – R\$ 126.073,69; e Banco do Brasil – R\$ 0,01. Quanto aos investimentos, o montante aplicado alcançava R\$ 86.223.708,81 (oitenta e seis milhões, duzentos e vinte e três mil, setecentos e oito reais e oitenta e um centavos). Desse total, R\$ 7.512.668,10



correspondem aos recursos da Taxa de Administração, distribuídos da seguinte forma: R\$ 4.423.736,09 no fundo Institucional Referenciado DI; R\$ 830.788,83 no fundo CEF Gestão Estratégica; R\$ 1.711.989,61 no fundo CEF IDKA 2A; e R\$ 546.143,57 no fundo CEF Matriz. Por fim, a Diretoria Financeira informou que alguns investimentos realizados com recursos provenientes de aportes atuariais estão completando cinco anos de aplicação. **D) Propostas de investimentos e respectivas análises técnicas, que deverão identificar e avaliar os riscos de cada proposta, incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, jurídico e sistêmico: Segue uma versão mais completa, técnica e adequada para constar em ata de Comitê de Investimentos:** A Diretoria Financeira informou que, durante o mês de junho de 2026, não foram identificadas oportunidades de investimentos que justificassem a apresentação de novas propostas de alocação ou realocação de recursos da carteira do RPPS. Foi esclarecido ainda que o acompanhamento permanente do mercado financeiro foi mantido ao longo do período, mediante análise dos cenários macroeconômicos, das expectativas para a política monetária, do comportamento dos principais indicadores econômicos e do desempenho dos ativos que compõem a carteira de investimentos do Instituto. Em razão da inexistência de oportunidades que apresentassem relação risco-retorno mais vantajosa em comparação às aplicações já existentes, não foram submetidas ao Comitê propostas de novos investimentos ou de alterações relevantes na estratégia de alocação dos recursos. **E) Análise da execução da política de investimentos: Segue uma versão mais completa e compatível com a linguagem técnica utilizada em atas de Comitês de Investimentos de RPPS:** A análise da execução da Política de Investimentos do PREVINIL teve como base o relatório de acompanhamento da carteira referente à competência de junho de 2026, elaborado pela consultoria financeira Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda., contratada para prestar assessoramento técnico ao Instituto. O relatório foi apresentado aos membros do Comitê, contemplando a evolução da carteira de investimentos, a rentabilidade obtida no período, o desempenho dos fundos de investimento, a aderência da carteira aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5272/2025 e suas alterações, bem como às diretrizes e estratégias definidas na Política de Investimentos vigente. Também foram analisados os principais indicadores econômicos e financeiros que influenciaram o comportamento dos mercados durante o período, incluindo o cenário macroeconômico nacional e internacional, seus reflexos sobre os ativos integrantes da carteira e a evolução do cumprimento da meta atuarial. Após a análise das informações apresentadas pela consultoria, os membros do Comitê de Investimentos constataram que a execução da Política de Investimentos ocorreu em conformidade com as diretrizes estabelecidas, não sendo identificadas desconformidades relevantes quanto aos limites legais, à diversificação da carteira, ao enquadramento dos ativos ou aos critérios de gestão de riscos previstos na legislação aplicável e na Política de Investimentos do Instituto. **F) Parcelamentos:** O Sr. Rodrigo atualizou os demais Membros do Comitê acerca da situação dos acordos de parcelamento nº 00146/2026, nº 00213/2026, nº 00246/2026 e nº 00269/2026, encaminhados ao Ministério da Previdência, por meio do sistema CADPREV, para análise. Informou que os acordos de parcelamento nº 00146/2026, nº 00213/2026 e nº 00269/2026 foram devidamente aceitos pelo Ministério da Previdência. Em relação ao acordo de parcelamento nº 00246/2026, após sanadas as inconsistências apontadas, o termo encontra-se novamente em situação de análise. Foi informado pelo Sr. Alberto durante a presente reunião que os referidos acordos geraram guia para pagamento da 5ª parcela, as quais foram enviadas por email em 02/07/2026 a Secretária de Fazenda do Município a Sra. Janaína Teline com cópia a Secretária de Controle Interno a Sra. Danielle Villas Boas Agero Correa, sendo acusado o recebimento das parcelas em 10/07/2026. **G) Regimento interno:** O Sr. Alberto destacou a necessidade de promover a atualização do Regimento Interno do Comitê de Investimentos, com o objetivo de adequá-lo à legislação vigente, às normas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), às boas práticas de governança e às atuais atribuições e rotinas de funcionamento do Comitê. Em seguida, o Sr. Atos colocou-se à disposição para realizar a revisão e atualização do texto do Regimento Interno, comprometendo-se a elaborar uma minuta consolidada, contemplando as adequações necessárias. Ficou deliberado que a proposta será apresentada aos membros do Comitê na próxima reunião ordinária, para análise, discussão e deliberação quanto à sua aprovação. **H) Prestação de Contas:** O Sr. Alberto informou aos membros do Comitê que o Sr. Claudemir Gomes, responsável pela Contabilidade do PREVINIL, comunicou a existência de apontamento formulado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) no âmbito da análise da Prestação de Contas do exercício de 2024. O questionamento refere-se à classificação contábil dos investimentos do Instituto, uma vez que, no Balanço Patrimonial, a totalidade da carteira encontra-se registrada como investimentos de curto prazo. Em resposta ao



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURAMUNICIPALDENILÓPOLIS
INSTITUTODEPREVIDÊNCIADOSSERVIDORESDOMUNICÍPIODENILÓPOLIS–PREVINIL

apontamento, foi esclarecido que as aplicações financeiras do PREVINIL possuem elevada liquidez, permitindo, em sua maioria, o resgate em prazo de até D+5 dias, razão pela qual foram classificadas contabilmente como de curto prazo. Entretanto, o TCE-RJ acolheu apenas parcialmente as justificativas apresentadas, observando que alguns fundos de investimento possuem, em sua própria denominação, expressões como "Longo Prazo" ou a sigla "LP", o que, em tese, poderia indicar tratamento contábil distinto. Diante desse entendimento, tornou-se necessária a obtenção de manifestação técnica mais detalhada acerca dos critérios utilizados para a classificação dos investimentos. Foi deliberado solicitar à empresa responsável pela consultoria de investimentos a elaboração de parecer técnico específico, contendo análise fundamentada sob os aspectos contábil, econômico, financeiro e previdenciário, com o objetivo de esclarecer os critérios aplicáveis à classificação da carteira de investimentos, indicando, quando for o caso, quais ativos poderiam ser enquadrados como investimentos de longo prazo ou apresentando a fundamentação técnica que justifique a manutenção da classificação de curto prazo em razão da liquidez dos ativos e das normas contábeis aplicáveis ao setor público e aos Regimes Próprios de Previdência Social. A Sra. Danielle observou que diversos fundos de investimento já apresentam, em sua nomenclatura, a expressão "Longo Prazo" ou a sigla "LP", circunstância que, sob a ótica dos órgãos de controle, pode ensejar interpretações distintas quanto à sua classificação contábil. Ressaltou, contudo, que a denominação comercial do fundo não é, por si só, suficiente para definir sua classificação no balanço patrimonial, a qual deve observar os critérios estabelecidos pelas normas contábeis e pela efetiva intenção de manutenção do investimento. Como medida de aprimoramento das informações a Sra. Danielle sugeriu que o relatório consolidado da carteira de investimentos passe a conter coluna específica indicando a classificação de cada fundo quanto ao seu horizonte de investimento (curto, médio ou longo prazo), conforme suas características e regulamentação. A sugestão foi acolhida pelos membros do Comitê e será encaminhada à consultoria de investimentos para análise de viabilidade e eventual implementação nos próximos relatórios. **I) Outros assuntos:** O Sr. Alberto informou aos membros do Comitê que foi publicada a Portaria de manutenção e recondução dos integrantes do Comitê de Investimentos, em atendimento às disposições normativas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Esclareceu que a referida atualização deve ser realizada anualmente, com o objetivo de formalizar a permanência dos membros designados, assegurar a regularidade da composição do Comitê e manter atualizados os registros administrativos e institucionais do PREVINIL perante os órgãos de controle. Foi informado ainda pelo Sr. Rodrigo que está aberto Processo Administrativo nº 2026/06/243, com a finalidade de contratação de nova empresa de consultoria Financeira haja vista a inviabilidade de prorrogação do contrato firmado com a atual consultoria. Finalizado todos os conteúdos pautados foi encerrada a presente reunião às 11:35hrs. e eu, Alberto Zampaglione, lavrei a presente ata que após lida foi assinada por todos participantes de forma eletrônica.

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO SERPA FLORENCIO**
Data: 22/07/2026 13:46:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rodrigo Serpa Florêncio
Gestor dos Recursos

Documento assinado digitalmente
 **ATOS GABRIEL BRAGA VENTURA**
Data: 22/07/2026 13:56:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Atos Gabriel Braga Ventura

Membro do Comitê
Documento assinado digitalmente

 **SOLANGE DUTRA**
Data: 22/07/2026 14:10:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Solange Dutra
Diretora de Benefícios

Documento assinado digitalmente
 **ALBERTO ZAMPAGLIONE**
Data: 23/07/2026 10:25:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alberto Zampaglione
Diretor Administrativo e Financeiro

Documento assinado digitalmente
 **DANIELLE VILLAS BOAS AGERO CORREA**
Data: 23/07/2026 04:54:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Danielle Villas Boas Agero Corrêa
Membro do Comitê